

ARTIGO - 2. PATRIMÔNIO CULTURAL E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI: O PATRIMÔNIO NA ÉPOCA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A CONSERVAÇÃO ENTRE NOVOS E VELHOS RISCOS / AS ESCALAS DO PATRIMÔNIO: LOCAL - GLOBAL / MODELOS INOVADORES DE GESTÃO PARTICIPATIVA E ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS / ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO PARA A CONSERVAÇÃO..

A PROTEÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS TOMBADOS E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Danilo Celso Pereira (danilo.paraitinga@gmail.com)

Silvia Helena Zanirato (shzanirato@usp.br)

A pesquisa em desenvolvimento analisa a exposição dos centros históricos brasileiros protegidos pela União a eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas. O estudo, que se alinha aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 e 13, emprega metodologias como pesquisa documental, mapeamento de exposição e vulnerabilidade a inundações e deslizamentos, além de questionários para avaliar a percepção de risco dos agentes de patrimônio. O Brasil possui 70 conjuntos urbanos protegidos (PEREIRA, 2015), sendo nove deles Patrimônios Mundiais da UNESCO. Apesar de muitos desses locais estarem sujeitos a ameaças, não há conhecimento sistematizado sobre os riscos e vulnerabilidades a que estão expostos, o que justifica a urgência de um diagnóstico nacional (MARCHEZINI et al, 2019).

Os eventos extremos, como inundações e deslizamentos, já afetaram áreas de interesse cultural em diversas cidades brasileiras, incluindo São Luiz do Paraitinga (SP), Ouro Preto (MG), Petrópolis (RJ), Salvador (BA), Santa Tereza (RS), entre outras. Projeções climáticas, como as do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022), destacam a intensificação de eventos extremos e o aumento da vulnerabilidade social.

Embora a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) não mencione a proteção de bens tombados, a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) do Iphan, de 2018, estabelece a avaliação e redução de riscos como uma de suas finalidades (IPHAN, 2018). O Marco de Sendai para Redução de Riscos de Desastres e as estratégias da UNESCO também reforçam a necessidade de integrar a gestão de riscos às políticas de patrimônio cultural (UNISDR, 2015).

Dentre os resultados parciais obtidos nessa pesquisa, destaca-se aquela que aponta para o fato de que, apesar de os agentes de patrimônio perceberem a vulnerabilidade dos locais sob sua responsabilidade, essa percepção não se reflete nas normas de gestão. Apenas 13 dos 70 sítios pesquisados possuem normas de gestão e somente dois (Ouro Preto e Petrópolis) incluem diretrizes de adaptação e mitigação de riscos.

REFERÊNCIAS

IPCC. Sexto Relatório de Avaliação do IPCC: Mudanças Climáticas 2022.

IPHAN. Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências, Brasília, DF, Diário Oficial da União, 2018.

MARCHEZINI, Victor et al. Designing a Cultural Heritage Articulated Warning System (CHAWS) strategy to improve disaster risk preparedness in Brazil. *Disaster Prevention and Management: an International Journal*, Londres, n. 1, v. 29, p. 68-85, 2019.

PEREIRA, Danilo Celso. Cidades patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil. 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

UNISDR. Sendai Framework for Disaster Risk Reduction, Geneva, 2015.

Palavras-chave: patrimônio cultural; centros históricos tombados; mudanças climáticas; políticas públicas.